

1 Ata de Reunião Ordinária de nº 282 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas - CMS,
2 realizada em 12 de Dezembro de 2019 as 19:40 horas, junto ao Paço Municipal. Deu início a
3 presente reunião o Conselheiro Presidente Antônio Martins_ONG Olho d' água, agradecendo a
4 presença de todos. Como primeiro ponto de pauta solicitou a compreensão de todos devido a
5 impossibilidade de apresentação de Ata de Plenária nº 281, a qual será apresentada a próxima
6 reunião. Apresentou a pauta de hoje contendo os assuntos: Assistência em análises clínicas
7 (Prestadores Laboratoriais); Emendas Parlamentares; representatividade das entidades e informes
8 em pauta incluídas pelo Conselheiro Moacir_SEMUS em caráter emergencial. Conselheiro Zanatta
9 _SINDSAUDE orienta ao Plenário quanto a ordem dos trabalhos, colocando que conforme
10 regimento os informes e inclusão de temas de pauta, serão colocadas ao início do plenário,
11 solicitando a todos que também haverá controle de uso de tempo das falas em limite de 05 minutos.
12 Agradece a presença do Senhor Valdecir Pardini, Coordenador do Controle de Endemias e cita as
13 inscrições de informes pelo Conselheiro Moacir, pela Conselheira Ìyá Joilda_Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá
14 Àfin Òsùn Alákétu, pela Conselheira Alzira_Pastoral Familiar, da observadora Senhora Romilda da
15 Casa do Aguardo Professor Hideo Yokoïama, pelo Conselheiro Antonio Martins e Conselheiro
16 Alecsandro_SIMEPAR. Informa do envio de comunicação as entidades afastadas do CMS, por
17 aviso de recebimento – AR ao Conselho Regional de Enfermagem – COREN e ao Conselho
18 Regional de Farmácia – CRF. Já as Associações de Moradores Padre Chico e Bandeirantes foram
19 procuradas em suas Sedes e também em locais de residência de seus presidentes, pessoalmente em
20 03 ocasiões distintas por office boy da prefeitura, não sendo localizadas, também através da
21 UAMMA, porém que a Conselheira Adelaide_UAMMA negou-se a receber, caso tivesse que
22 assinar o recebimento, por não ser responsável por estas. Desta forma posteriormente também
23 foram enviadas via Correio por AR. Conselheiro Moacir acusa o recebimento de justificativa e
24 instrução de defesa da Entidade Associação de Moradores Padre Chico. Conselheiro Zanatta acusou
25 o recebimento de documento similar encaminhado pela Entidade COREN, também da Entidade
26 SINDVALE através do Senhor Denis de ofício para comunicação com pedido de afastamento do
27 CMS. O Senhor Pardini informa que comparece ao CMS, cumprimentado a todos, para
28 esclarecimento sobre duvidas levantadas devido a informação erroneamente apresentada pela
29 representante da HONPAR, junto ao HOSPSUS em Apucarana, a qual atestou termos 01 caso
30 confirmado de Dengue em nosso município. Esclarece que realmente não há nenhum caso
31 confirmado para 2019 e que este equívoco foi ocasionado provavelmente por desconhecimento
32 diante dos períodos epidemiológicos, sendo estes sempre de julho à agosto, portanto este caso
33 confirmado entrará no próximo ano, na vigência de 2020 e sabe-se ainda que será considerado caso
34 importado, não autóctone. Conselheiro Moacir refaz as orientações, cita das iniciativas
35 desenvolvidas no controle de Endemias de Arapongas e parabeniza a metodologia de trabalho
36 implantada pelo Senhor Pardini. O Senhor Pardini comenta sobre a uso de inseticida que não está
37 sendo rotina, assim como os mutirões de limpeza, tendo ele investido em educação em saúde aos
38 trabalhadores (agentes de endemias) e da população, trabalho iniciado já a Gestão da Conselheira
39 Márcia, então Secretária de Saúde. Fala que sem o uso de inseticidas e do Fumacê entre outras
40 ações, houve inclusive uma economia em cerca de R\$ 37.000,00 e menos 1.100 litros de inseticida
41 no meio ambiente. Conselheiro Alecsandro questiona se há alguma forma de rastreamento de casos
42 sub-notificados junto as unidades de Pronto Socorro para diagnóstico diferencial. Conselheiro
43 Zanatta diz que há um protocolo para sintomatologia compatível as suspeitas de Dengue.
44 Conselheiro Moacir afirma que nestes casos dependem da conduta médica. Conselheiro Alecsandro
45 afirma que faz referencia a este fato dando como exemplo a lógica injusta de que recebem mais
46 recursos aqueles municípios que menos investem em prevenção e cita que Arapongas em uma
47 gestão anterior ficou sem receber vacinas em determinada campanha de vacinação devido a omissão
48 de dados de cobertura. Conselheiro Moacir fala que apesar da rotatividade médica há cerca de 30
49 unidades hoje, as quais tem realizado as notificações com boa qualidade. Conselheiro Zanatta pede
50 a retomada de pauta. Conselheiro Moacir apresenta tema sobre o descritivo da aplicação dos
51 recursos de qualificação das ações de Vigilância em Saúde no Paraná e dos repasses de recursos da
52 Vigilância em Saúde para 2020. Que enviou à SESA as informações para recursos de custeio e

53 recursos de capital, para as despesas de equipamentos e insumos respectivamente entre a Vigilância
54 Sanitária e Epidemiológica. Conselheira Ìyá Joilda coloca que participou da reunião sobre o tema
55 levantado pelo Srº Pardini em 29 de novembro de 2019 na apresentação da 4ª LIRA no Município,
56 representando o Presidente Antonio Martins e posteriormente fazendo leitura do relatório do
57 HOSPSUS, apresentado pelo Presidente Antonio Martins, verificou este contraste entre as
58 informações e agradece ao Srº Pardini pela preocupação em esclarecer os fatos ao CMS. Faz relato
59 sobre o Evento realizado pelas Entidades Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu e AIABA –
60 Associação Interdisciplinar Afro-Brasileira e Africana, pedindo que a documentação apresentada
61 seja protocolada, que esta trata do “IV Encontro Municipal da Mobilização Nacional Pró-Saúde da
62 População Negra, Vida Longa com Saúde e Sem Racismo de Arapongas Paraná”, realizado na sede
63 das entidades nos dias 26 e 27/10/2019 em parceria à Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de
64 Saúde de Arapongas entre outros parceiros e solicitando que o 1º Secretário da Mesa fizesse breve
65 leitura contendo agradecimentos aos envolvidos e da apresentação do evento. Conselheira Ìyá Joilda
66 solicita que este documento seja anexado a ATA desta reunião. A Conselheira Elisabeth_SEMUS
67 agradece as Conselheiras Alzira_Pastoral Familiar e Márcia_HONPAR que nos dias 26 e 27 de
68 novembro participaram de Evento na Cidade de Londrina realizado em Parcerias da Associação de
69 Mulheres do Paraná, Hospital do Câncer de Londrina na 3ª Edição de Encontro das Entidades de
70 Câncer do Paraná. Comenta ainda que neste evento participaram os CACONS E UNACONS e
71 reuniu os hospitais e centros de atendimento em Alta Complexidade em Oncologia e também
72 hospitais gerais que prestam alguma Assistência em Oncologia entre outras entidades da sociedade
73 civil organizada. Conselheiro Zanatta solicita as Conselheiras Ìyá Joilda e Elisabeth que
74 encaminhem estes textos apresentados, uma vez que já estão digitalizados, por e-mail para
75 introdução à Ata e parabeniza-as pelos Eventos, oferecendo a palavra à observadora, Ex-Presidente
76 e representante da Casa do Aguardo Hideo Yokoiama. A Senhora Romilda faz entrega de carta
77 escrita de próprio punho onde vem a solicitar a retirada de queixa de denúncia por ela apresentada
78 contra a Entidade HONPAR, referindo que após uma reunião realizada entre a Casa de Aguardo e a
79 Direção do Hospital, muito proveitosa, havia ficado esclarecidas suas queixas. Conselheiro Antonio
80 Martins apresenta informe quanto a solicitação da Assistente Social da HONPAR, Srª Adélia a qual
81 pede que o CMS faça encaminhamento de indicação do CMS para a Srª Lúcia_Associação Padre
82 Chico junto ao HONPAR. A Conselheira Márcia esclarece que este pedido é para como
83 representante da Associação de Moradores compôr o Comitê de Ética Médica (COREME) da
84 HONPAR junto ao Ministério da Educação-MEC e que o pedido seria apenas para caracterizar o
85 reconhecimento de Lúcia e da sua Associação de Moradores por parte do CMS junto ao COREME.
86 Conselheiro Robério_Pastoral da Criança questiona que isso seria um avalização daquela
87 Associação pelo CMS, confirmado também por outros Conselheiros, que esta ação seria um
88 “AVAL” e colocando-se contrário a esta posição. Conselheira Ìyá Joilda pede para serem
89 observados a ordem das falas, citando Robério, Zanatta e Conselheiro Sérgio Azevedo_SISPAMAS.
90 Conselheiro Antonio Martins diz que ainda não havia terminado sua fala. Conselheiro Zanatta pede
91 que este assunto deixe de estar em informes e passe à Pauta de Reunião. Conselheiro Antonio
92 Martins continua com seu segundo tema dando informações de que lhe traz estranheza assunto
93 veiculado e afirmando que junto a XII Conferência Municipal de Saúde, apesar de sempre ter
94 contribuído ao CMS e respeitado os colegas conselheiros, não tendo criado inimizades, mas queixa
95 -se pois teve informação veiculada a ele pela Srª Maria de Lourdes, ex-conselheira dando
96 informação de que o Conselheiro Sérgio o estava criticando-o por fazer uso indevido de sua
97 condição de Conselheiro, criando vantagem junto ao Hospital HONPAR para internamento de seu
98 filho em quarto diferenciado. Esclarece que sabe agora da verdade que o Conselheiro Sérgio não era
99 o responsável por espalhar essa notícia caluniosa e agradece se desculpando ao Conselheiro Sérgio.
100 O Conselheiro Sérgio Azevedo reitera dos fatos e afirma que realmente ocorrera esta situação junto
101 ao evento da XII Conferência Municipal de Saúde, cita da condição já observada anteriormente
102 onde Conselheiro dava “carteiradas” para obter vantagens tanto na Santa Casa, como no HONPAR,
103 além de consultórios médicos. Cita que nestes casos sempre estará à frente para submeter estas
104 pessoas ao Conselho de Ética do CMS. Refere que na ocasião foi abordado pela ex-conselheira

105 Lúcia_Associação Padre Chico a qual afirmou que Antonio Martins teria, conforme já dito,
106 indevidamente feito uso de sua posição como Conselheiro. Sr^a Lúcia nega estas afirmações ao que
107 novamente o Conselheiro Sérgio reafirma que ela falou criticando ao Conselheiro Antonio Martins
108 e que a Sr^a Lúcia da mesma forma também foi ao Antonio Martins, porém desta feita, afirmando
109 que o Conselheiro Sérgio é quem estaria veiculando esta informação. Conselheiro Sérgio frisa que
110 expõe estes fatos, frente a frente, pois tem dignidade para tal e que faz isso diante da presença da
111 Sra Lúcia, para que isto fique esclarecido. Diz ainda que reconhecesse que tal fato não passou de
112 calúnia ou mexerico, o que já esta caracterizado, pois que a Sr^a Lúcia já fez desta mesma forma a
113 outros Conselheiros e cita Iyá Joilda, ocorrido durante a Conferência Estadual de Saúde da Mulher,
114 Zanatta em outras ocasiões e a ele próprio. Questiona como é que ela poderia ser incluída em um
115 Conselho de Ética Médica da HONPAR, se aqui neste Conselho demonstra faltas neste sentido. Sr^a
116 Lúcia fazendo menção a DEUS diz que Sérgio prestará contas. Conselheiro Antonio Martins
117 interrompe as falas e afirma que seu filho tem Plano Particular UNIMED e que pessoas
118 desinformadas e maledicentes estão prontas para espalhar calúnias, que não deve favor a ninguém e
119 solicita se necessário uma ação da Comissão de Ética. Conselheiro Alecsandro faz alerta e pede
120 providências diante de situação alarmante de que no ambiente da carceragem estão armazenados
121 cerca de 02 mil litros de agrotóxicos, apreendidos há mais de 02 anos, ainda pelo Delegado
122 Sakuma. Que comunicou ao Diretor do Juízo de Execução Penal, Dr^o Fernando, o qual disse já ter
123 ouvido tal informação, porém que nada existe junto ao FÓRUM Municipal. Afirma que a inalação
124 desse material é situação grave, de risco à Saúde e que oficiou a Dr^a Rafaela pedido de destinação
125 deste material, o que provavelmente também chagará a Secretaria de Saúde. Comunica que o
126 Ambulatório de Atendimento a População Carcerária encerra atividades deste ano de 2019 com
127 cerca de 2.000 pacientes atendidos. Faz referência ao expediente enviado pelo CMS à Santa Casa
128 quanto aos atendimentos à Rede Mãe Paranaense, afirmando que devemos estar atentos, pois tem
129 ciência de queixas e questiona ainda as escalas de pediatria, de obstetrícia, entre outras demandas.
130 Conselheiro Zanatta comenta que fez junto a Mesa Diretiva questionamento quanto aos
131 atendimentos da Rede Mãe Paranaense e sugere que claramente para o próximo ano teremos
132 condições de regularidade para atuação junto aos Hospitais através das Comissões de Avaliação e
133 Controle do CMS, que serão comissões permanentes e que ai teremos atividades efetivas, inclusive
134 para atendimento aos objetivos e responsabilidades do CMS e que sim, como disse a Conselheira
135 Márcia em reunião anterior, os hospitais tem que ter seus livros e portas abertas à fiscalização pelo
136 CMS. Conselheiro Alecsandro cita tema levantado anteriormente pelo Conselheiro Zanatta,
137 afirmando que há necessidade de implementação das Comissões de Acompanhamento à
138 Contratualização Hospitalares por Profissionais da Saúde, pois que os participantes são Gestores
139 Estadual e Municipal, Usuários e Prestadores. Conselheiro Zanatta reafirma necessidade desta
140 demanda para a SESA no Estado do Paraná como um todo, não apenas para nossos Prestadores
141 municipais, que e uma lacuna para com a representatividade do Segmento de Trabalhadores.
142 Conselheiro Antonio Martins solicita que Conselheiro Alecsandro e Zanatta oficializem essa
143 demanda da representação de trabalhadores junto ao HOSPSUS. Conselheiro Robério cita da
144 Secretaria de Meio Ambiente e do próprio delegado a serem acionados pelo CMS. Conselheiro
145 Moacir inicia sua fala citando os Conselheiros Robério e Marcos-Sindicato dos Trabalhadores
146 Rurais, os quais através do grupo de Whatsapp questionaram a ele Moacir, que solicitou pauta para
147 esclarecimentos frente ao tema de atrasos ao pagamento dos prestadores laboratoriais e da
148 suspensão de atividades por parte de alguns destes prestadores. Orienta para ciência ao CMS de
149 que houve um atraso, obviamente indesejado pela Administração Municipal, para efetuar os
150 pagamentos referentes aos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro. Que os pagamentos
151 de vigência em determinado mês são efetivados em uma competência subsequente de até 60 dias,
152 até mesmo por força de tramitação administrativa por parte dos prestadores, das Secretarias de
153 Saúde e Finanças. Afirma que isto se deve pelo fato de aumento significativo da demanda de
154 exames e consultas médicas, inclusive em Média Complexidade, o que também por outro lado
155 espelha uma maior oferta de serviços à população e de necessidade de maior aporte financeiro pelo
156 Estado. Que a demanda SUS é cada vez maior, tendo que o Município conseqüentemente em

157 alguns momentos sofre essa carência de recursos, até por baixa de arrecadação. Diz que não houve
158 omissão como Gestor, que isto pode acontecer, que os serviços estão em expansão e houve
159 priorização para pagamento, durante este período, para manutenção da oferta e contratação de
160 serviços médicos. Que fora feita reunião junto aos laboratórios para orientação desta questão,
161 bastante clara e cordial, que ninguém àquele momento comunicou da suspensão de atividades, que
162 obriga-se a citar o implemento na atenção as áreas de Neurologia, Neuropediatria, Reumatologia e
163 Psiquiatria, dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), do Centro de Saúde Jaime de Lima e
164 UPA's e do aumento de oferta de exames pelo CISVIR (Consortio Intermunicipal de Saúde do Vale
165 do Ivaí). Como exemplo cita também o atraso em repasses Federais frente a UPA, que trariam mais
166 de R\$ 200.000,00 mensais desde Junho também e nem a Portaria deste foi publicada. Que são
167 gastos mais de R\$ 200.000,00 somente com análises clínicas, que os prestadores não poderiam
168 suspender a atenção, porém deveriam negociar com a Administração. Afirmou surpresa pela
169 paralisação intempestiva, sendo que este deficit representa cerca de R\$ 800.000,00 para os meses
170 de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2019. Que houve garantia por parte do Prefeito
171 Municipal de que estes pagamentos serão feitos ainda para o mês de dezembro, assim como enviado
172 a Câmara Municipal Projeto para Ampliação e Suplementação da Dotação Orçamentaria. Que
173 realmente as demandas são altíssimas para esta área e que os surpreendeu a negativa de atenção aos
174 pacientes por parte de alguns laboratórios, sem período de aviso prévio. Comunica que também
175 através de Emendas Parlamentares foram adquiridos recursos de custeio e já se iniciarão os
176 pagamentos e regularização das atividades e lembrando que 03 prestadores permaneceram
177 atendendo as demandas. Refere ainda que tratou-se de conduta imprópria, por parcela destes
178 prestadores, o fato de interrupção sem comunicação formal à Secretaria de Saúde e de ao
179 procurarem os serviços, os pacientes serem recusados ao atendimento, sem qualquer conduta
180 orientadora ou administrativa de reinstrução e reencaminhamento destes. Caso isso houvesse sido
181 articulado, comunicado entre as partes, que em absoluto a população não teria ficado sem ser
182 redirecionada, inclusive aos prestadores que não cessaram suas atividades. Conselheira Márcia cita
183 para melhor controle das demandas e uso de cota por abrangência populacional para as unidades de
184 saúde. Conselheiro Moacir afirma que os pagamentos já se iniciaram e ainda sobre as adequações
185 que ocorrerão através do controle informatizado para aqueles pacientes que vão a unidades de saúde
186 distintas, da duplicidade de pedidos médicos ou ainda a vigência para determinados exames.
187 Declara que sua fala se faz para esclarecimento, não para justificativa, diz de sua responsabilidade
188 perante a Gestão dos serviços, porém que foi intempestiva aquela paralisação. Que priorizou esta
189 questão e também já prestou em parte esclarecimentos à Câmara de Vereadores, sendo programado
190 seu retorno. Conselheiro Zanatta abre ao Plenário para novos questionamentos, tendo se encerrado
191 este tema. Conselheira Iyá Joilda faz contagem dos votos úteis identificando 14 Conselheiros
192 Titulares e 06 Observadores. Conselheira Elisabeth afirma que está tendo dificuldades para coleta
193 de exames básicos e de tuberculose à população carcerária, isto devido ao sistema informatizado
194 IPM que não aceita lançamento de pacientes sem cartão SUS ou documentação pessoal.
195 Conselheiro Alecsandro fala que padecem deste mal também indigentes e andarilhos, comenta
196 também que deve haver avaliação deste Sistema, pois profissionais administrativos podem ter
197 acesso a informações médicas sigilosas no prontuário médico, também das dificuldades de
198 atendimento por parte de acompanhamento policial à pacientes encarcerados em deslocamento às
199 unidades hospitalares. Conselheiro Zanatta sugere maior apoio por parte da Guarda Municipal,
200 porem que esta pauta exposta pela Conselheira Elisabeth e Alecsandro devem ser de ação
201 direcionada administrativamente e sugere que como o Sistema IPM é um produto de aquisição e
202 gerenciamento municipal, que se façam as adequações para que este permita o cadastro desta
203 população específica. Conselheiro Moacir refere que está acolhendo esta demanda para correção
204 junto ao sistema IPM e solicita a retomada deste ponto para o próximo ano. Conselheiro Robério
205 fala que há possibilidade de geração do Cartão SUS, mesmo sem todos os dados ou parte destes.
206 Que como já atuou junto a Ouvidoria Municipal em Saúde, vivenciou situação semelhante, porém
207 que junto a central do Cartão SUS em Curitiba, através de Senha concedida para este fim se faz o
208 cadastro. Conselheira Márcia comenta que certos assuntos trazidos ao CMS deveriam ser tratados

209 junto a Secretaria Executiva e não no CMS. Conselheira Ýyá Joilda comenta que todos os assuntos
210 devem ser sim trazidos ao CMS, para informação e instrução dos Conselheiros. Conselheira Márcia
211 aponta ser importante as discussões e o CMS ter ciência dos fatos, porém que discutir o processo
212 administrativo, que isso é Gestão, que então o CMS tem que constituir uma Comissão de
213 Acompanhamento ou Fiscalização, qualquer que seja o nome, para ver como é que a Secretaria está
214 funcionando. Que não tem sentido, não se deve ficar aqui discutindo ação prática. Dirigindo-se ao
215 Conselheiro Moacir, fala que ele é o gestor, que toma decisões e tem sua Equipe. Que a Elizabeth e
216 Alecsandro tem que trazer essa informação ao Secretário no Gabinete e não na reunião do CMS,
217 que aqui é para saber questões assim, se faltou, quanto pagamos, quanto não pagamos, se deixou de
218 pagar, que agora como vai resolver o problema de gestão dos Laboratórios, de consultas, que isso é
219 problema da Secretaria, que senão o CMS vai virar Gestor. Conselheiro Zanatta afirma que o CMS
220 tem papel gestor, que legalmente ele é também Gestor, porém que concorda em parte com o que a
221 Conselheira Márcia expôs. Conselheira Ýyá Joilda afirma com relação as falas da Conselheira
222 Márcia e das colocações do Dr Moacir, que quando traz questões de esclarecimento sobre
223 assistência em Análises Clínicas ou da Conselheira Beth que colocou as dificuldades junto a
224 população carcerária, temos outros Conselheiros que tem experiencia e fizeram encaminhamentos
225 de soluções dentro do CMS. Que é de importância a pauta apresentada pelo Dr Moacir e reitera que
226 os Conselheiros tem que estar informados. Conselheira Márcia fala que não negou em momento
227 algum a importância de trazer o assunto ao CMS e sim da forma e dos comentários, fala que parece
228 que aqui está todo mundo ensinando ao Moacir a fazer Gestão. Conselheiro Zanatta e Ýyá Joilda,
229 discordam afirmando não ser dessa forma, tendo Ýyá Joilda dito ainda que da mesma forma nunca
230 ensinamos a HONPAR a fazer Gestão, porém que estamos aqui por interesse público em Saúde e
231 Zanatta diz que os Conselheiros tem que participar efetivamente do cotidiano, que o tema dos
232 Laboratórios se tornou informação pública em mídias locais, que houve paralisação dos serviços,
233 mesmo que parcialmente e que as entidades que compõe o CMS representam parte da Sociedade
234 Civil Organizada, tendo que cumprir seu papel na gestão, que reitera o papel regimental dos
235 Conselheiros e Conselheiras na participação em conjunto a Secretaria de Saúde. Conselheiro
236 Moacir diz que essa orientação para adequação e atenção à população carcerária já foi feita e que
237 independente do sistema deve ser atendida, que retomará este tema e solicita pronta comunicação
238 caso se repita. Conselheiro Antonio Martins cita das dificuldades pelas quais passou o Conselheiro
239 Sérgio Azevedo para atendimento de sua Mãe junto a Santa Casa, como acompanhante e não
240 conselheiro, inclusive onde teve informação sobre os Laboratórios, posteriormente vindo ao
241 Robério, Marcos e Zanatta. Conselheiro Sérgio Azevedo cita da postura não preparada de
242 recepcionista junto a Santa Casa e comenta sobre as falas anteriores, afirmando que certos assuntos
243 devem ser trazidos ao CMS apenas como informes, não pauta. Que O Secretário Moacir resolverá
244 administrativamente junto a sua equipe, sendo importante o CMS estar sabendo. Conselheiro
245 Zanatta diz que temos que aprimorar as formas de condução, pois pegamos informes e estamos
246 transformando em extensa discussão como pauta. Conselheiro Moacir apresenta o próximo ponto de
247 pauta com referência a Resolução nº 615/2019/SESA que trata do descritivo das Ações de
248 Qualificação para Vigilância em saúde, relata que houve ampla discussão técnica entre os gerentes
249 da área Sanitária e Epidemiológica, assim como de Controle de Endemias, onde não são altos,
250 pouco mais de R\$ 60.000,00 para recursos de custeio e pouco mais de R\$ 23.000,00 para despesas
251 de capital. Onde serão investidos e destinados, estimados R\$ 11.000,00 para Área de Educação e
252 Saúde, R\$ 12.000,00 para Material Institucional e Divulgação, R\$ 10.000,00 para Manutenção de
253 Despesas com Veículos, R\$ 15.000,00 para Área de locação de Imóveis, R\$ 9.435,00 para aquisição
254 de Repelentes, R\$ 4.760,00 para aquisição de Protetor Solar. Referente aos R\$ 23.568,00 para
255 Despesas de Capital serão adquiridos aparelhos de Ar Condicionado, arquivos de aço, caixas
256 térmicas, impressora, Notebook, TV e tela para projetor, entre outros diversos detalhamento
257 apresentados e entregando cópia deste Plano de Investimentos à Mesa Diretora do CMS. Na
258 sequência após apreciação pela Plenária do CMS, foi colocado em votação e aprovado por
259 unanimidade o referido projeto. Em sequência Conselheiro Moacir apresentou as Emendas
260 Parlamentares destinadas ao Município de Arapongas para recursos de custeio , citando o Deputado

261 Takayama que destinou R\$ 220.774,00, pelo Deputado Francischini na ordem de R\$ 870.000,00 e
262 da Deputada Cristiane Yared no valor de R\$ 250.000,00 e também uma Emenda do Deputado
263 Daniel Machado no valor de R\$ 100.787,00 para aquisição de Equipamentos para Atenção Básica e
264 tendo deixado cópia destes registros de Emendas Parlamentares junto ao CMS. O Conselheiro
265 Zanatta coloca que não tem nenhuma observação quanto à aplicação destes recursos, solicitando
266 observações ou sugestões por parte do plenário e em não havendo observações passou-se para o
267 próximo ponto de pauta. Conselheiro Moacir solicitou que seja superado e finalizado o assunto
268 referente à representatividade de Entidades, fato urgente mediado pelo Processo Eleitoral para
269 Eleição da Mesa Diretiva, pedindo a colaboração de todos e objetividade, faz argumentações
270 mediado pelos trâmites ocorridos ao longo dos últimos 03 meses, solicitando uma melhor e
271 adequada condução para garantir da representatividade do seguimento trabalhadores. A Sr^o Lúcia
272 solicita a palavra colocando que o Procurador do Município acolheu a Defesa de sua Entidade,
273 tendo sido contrariada pelo Secretário Municipal de Saúde que reafirmou que o Procurador
274 Municipal remeteu esta questão ao CMS. O Conselheiro Sérgio Azevedo pede questão de Ordem,
275 solicitando vistas dos documentos encaminhados pelas Entidades, seguido pelas Conselheiras
276 Márcia e Iyá Joilda. Conselheiro Zanatta afirma que os conselheiros não devem pedir vistas
277 individualmente e sim os documentos serem remetidos à Comissão de Avaliação das Entidades para
278 continuidade e término do Processo. Conselheiro Alecsandro afirma que os Conselheiros tem
279 prerrogativa de acesso aos documentos, se assim o quiserem. Após diversas divergências e falas
280 novamente inaudíveis decidiu-se que serão encaminhados por e-mail cópia à todos os Conselheiros
281 e novamente após exposição pelo Conselheiro Zanatta dos trâmites administrativos já pontuados
282 anteriormente, houve tomada de decisão pelo plenário para que a Comissão de Avaliação das
283 Entidades avalie os documentos enviados pelas Entidades, com retorno ao plenário do CMS em
284 Janeiro de 2020, apresentando relatório sobre as demandas de Entidades que recorreram das
285 decisões do Plenário. O Conselheiro Antonio Martins afirma que apesar dos recentes confrontos e
286 enfrentamentos pelos quais o CMS tem passado, que não fosse esse papel que Conselheiro Zanatta
287 tem feito, esse CMS continuaria errado pro resto da vida e que se está fazendo isto para se ter um
288 Conselho sério, certo e trabalhando. Que tem gente insatisfeita, mas muita gente satisfeita, que
289 agora poderemos trabalhar de cabeça erguida. Pede à Comissão de Avaliação seriedade e agilidade.
290 Conselheiro Alecsandro comenta que as atividades desenvolvidas pela Comissão foram excelentes
291 para o CMS, que temos muito a desenvolver ainda, mas que temos que valorizar também a entidade
292 representada por Iyá Joilda que levantou esta questão de ilegitimidade de algumas outras entidades.
293 Conselheiro Zanatta pede a palavra retomando a fala da Conselheira Márcia com relação ao
294 indicativo da Sra Lúcia e de sua entidade Associação de Moradores do Padre Chico a participar de
295 Comissão de Ética, na área acadêmica da HONPAR, junto ao Ministério da Educação. Coloca que
296 realmente o CMS deveria estar validando uma indicação dessa natureza, que a HONPAR deveria ou
297 poderia pedir ao CMS que apontasse uma entidade. Que pessoalmente não validaria esta indicação
298 feita pela HONPAR, a qual com certeza tem ou deveria ter outra posição diante dos fatos todos
299 tramitados neste CMS com relação a Sra Lúcia. Faz referência também e questionando as falas
300 anteriores da Sra Lúcia diante do fato dela mencionar a DEUS, quando se dirigiu ao Conselheiro
301 Azevedo, contudo como ela afirmou descabidamente em outra reunião deste CMS, que ele, Zanatta
302 estaria sendo esperado junto a Empresa Frigorífica deste município para tomar uma surra. Afirma
303 ser temerário diante de quem acredita neste tipo de posição. Que há pluralidade religiosa, mas não
304 crê em deuses de bolso. Que diante da leitura de Expediente apresentado por representante da Casa
305 de Aguardo no dia de hoje, pessoalmente também questiona o fato de retirada de denúncia, que
306 denúncia não se retira, se investiga e comprova-se a veracidade ou não da mesma. Que a denúncia
307 anteriormente oferecida pela Casa do Aguardo sobrepõe as demais feitas pela ONG_Vigilantes da
308 Gestão e que portanto serão avaliadas pelo Ministério Público. Conselheira Iyá Joilda relata
309 acompanhar a fala de Zanatta frente a apresentação de denúncias, colocando ainda ser temerária a
310 possibilidade de negociação de interesses pessoais e de barganhas dentro do CMS. Tendo sido
311 superados todos os pontos de pauta o Presidente Antonio Martins ao final destas falas, deu
312 encerramento a presente reunião onde eu, Eucir Antônio Zanatta, Primeiro Secretário de Mesa do

313 CMS, junto a Segunda Secretária Conselheira Ìyá Joilda, lavramos a presente ATA, seguindo em
314 anexo a esta, o Ofício n.º 079, pg. 01 de 05 de 2019 referente ao “IV Encontro Municipal da
315 Mobilização Nacional Pró-Saúde da População Negra, Vida Longa com Saúde e Sem Racismo de
316 Araongas/Paraná das Entidades unidas em parceria: Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu e
317 AIABA – Associação Interdisciplinar Afro-Brasileira e Africana.